

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto CB2A1-I

A astrônoma Jocelyn Bell Burnell disse sobre Ron Drever: “Ele realmente curtia ser tão engenhoso”. Ela tinha ido da Irlanda do Norte para Glasgow para estudar física e Drever foi arbitrariamente designado para ser seu supervisor. Ele contava ao grupo de seus poucos orientandos as ideias mais interessantes que surgiam em sua mente, inclusive as que levaram ao experimento de Hughes-Drever (embora ela não tivesse se dado conta de que ele o realizara no quintal da propriedade rural de sua família), mas nenhuma que os ajudasse a passar nos exames. Após a frustração inicial, ao ver que ele não ia ajudá-la em seu dever de casa de física de estado sólido, ela acabou admirando seu profundo entendimento de física fundamental e seu notável talento como pesquisador.

Drever, por sua vez, seria influenciado pelas iminentes e vitais descobertas de sua ex-aluna de graduação. A respeito de Bell Burnell, disse: “Ela também era obviamente melhor do que a maioria deles... então cheguei a conhecê-la muito bem”. Drever escreveu uma carta de recomendação para apoiar o pedido de emprego dela à principal instalação de radioastronomia na Inglaterra, em meados da década de 60, Jodrell Bank. Mas, ele continua, “não a admitiram, e a história conta que foi porque era mulher. Mas isso não é oficial, você sabe. Ela ficou muito desapontada”. Drever acrescenta, esperando que se reconheça a obviedade daquele absurdo: “Sua segunda opção era ir para Cambridge. Vê como são as coisas?”. Ele considerou isso uma reviravolta muito feliz. “Então ela foi para Cambridge e descobriu pulsares. Vê como são as coisas?”, ele diz, rindo.

Janna Levin. *A música do universo: ondas gravitacionais e a maior descoberta científica dos últimos cem anos*. São Paulo, Cia. das Letras, 2016, p. 103-104 (com adaptações).

De acordo com os sentidos veiculados no texto CB2A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 No texto, é abordada a relação entre Bell Burnell e Ron Drever, a qual começa em uma estrutura hierárquica, mas se desenvolve em admiração mútua.
- 2 De acordo com o texto, Bell Burnell foi escolhida por Drever como orientanda no curso de graduação em física, em Glasgow.
- 3 Entende-se da leitura do segundo parágrafo do texto que o riso de Drever ao dizer ‘Vê como são as coisas?’ foi motivado pela ‘reviravolta muito feliz’ na carreira de Bell Burnell.
- 4 Segundo o exposto no texto, inicialmente Bell Burnell se decepcionou com a atuação de Ron Drever como seu supervisor.
- 5 Infere-se do texto que o desapontamento de Bell Burnell mencionado por Drever (segundo parágrafo) deveu-se ao fato de ela ter nascido mulher.

Acerca dos mecanismos de coesão do texto CB2A1-I, julgue os próximos itens.

- 6 No último período do primeiro parágrafo, o termo “seu”, em suas duas ocorrências no trecho “ela acabou admirando seu profundo entendimento de física fundamental e seu notável talento”, está empregado em referência a “ele”, cujo referente é “Drever” (segundo período do primeiro parágrafo).
- 7 No terceiro período do primeiro parágrafo, o termo “mas” introduz um trecho que expressa oposição entre o experimento de Hughes-Drever e os exames do curso de física.
- 8 No início do primeiro período do segundo parágrafo, a expressão “por sua vez” marca a mudança de foco que se percebe no texto por meio da divisão dos parágrafos: no primeiro, a perspectiva de Bell Burnell a respeito de Drever; no segundo, a perspectiva de Drever a respeito de Bell Burnell.
- 9 No terceiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “o”, em “ele o realizara”, retoma o trecho “grupo de seus poucos orientandos”.
- 10 No segundo parágrafo, o vocábulo ‘isso’, em ‘Mas isso não é oficial’, faz referência ao teor da afirmação ‘não a admitiram’.

Acerca de aspectos linguísticos do texto CB2A1-I, julgue os itens que se seguem.

- 11 O emprego da forma verbal “seria”, no início do primeiro período do segundo parágrafo, indica um distanciamento entre a opinião da autora e o conteúdo da frase.
- 12 No texto, as aspas são empregadas para destacar citações.
- 13 No primeiro parágrafo, nos segmentos “que surgiam” (terceiro período) e “que ele não ia” (quarto período), o vocábulo “que” desempenha a mesma função.
- 14 No trecho “Drever acrescenta, esperando que se reconheça a obviedade daquele absurdo” (segundo parágrafo), o segmento “esperando que se reconheça a obviedade daquele absurdo” é o complemento verbal de “acrescenta”.
- 15 Seria preservada a correção gramatical do texto caso o segmento “(embora ela não tivesse se dado conta de que ele o realizara no quintal da propriedade rural de sua família)” (primeiro parágrafo) fosse assim reescrito: (conquanto ela não tivesse notado que ele o havia realizado no quintal da propriedade rural de sua família).
- 16 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso a forma pronominal “os”, em “mas nenhuma que os ajudasse a passar nos exames” (terceiro período do primeiro parágrafo), fosse deslocada para a posição enclítica — **ajudasse-os**.
- 17 A correção gramatical do texto seria preservada caso se retirasse a vírgula que aparece no trecho ‘não a admitiram, e a história conta que foi porque era mulher’ (segundo parágrafo).
- 18 No terceiro período do segundo parágrafo, a substituição da expressão “para apoiar” por **em apoio** não causaria prejuízo à correção gramatical do texto.

Em relação ao uso dos fechos nas correspondências oficiais, julgue os seguintes itens.

- 19** Recomenda-se o emprego de Respeitosamente como fecho de correspondências oficiais cujo destinatário ocupe cargo superior ao do remetente e de Atenciosamente para os demais casos.
- 20** Ainda que a comunicação por correio eletrônico apresente uma padronização mais flexível e menos formal que a dos demais documentos oficiais, o uso de abreviações como Att. ou de expressões como Abraços e Saudações no fecho de uma mensagem por correio eletrônico não é recomendado.

Considere a proposição a seguir.

P: “A maioria dos seguidores não acredita que seu líder não mente.”

Admitindo que as palavras **maioria** e **minoría** signifiquem, respectivamente, mais de 50% e menos de 50%, julgue os itens seguintes, à luz da lógica sentencial.

- 21** Infere-se da proposição P que “uma minoria acredita que seu líder não mente”.
- 22** Na proposição P, a ação de não mentir praticada pelo líder é condição suficiente para a ação de acreditar, praticada pelos seguidores.
- 23** “A maioria dos seguidores acredita que seu líder não mente.” é uma maneira apropriada de se negar a proposição P.
- 24** A tabela-verdade associada à proposição P possui 4 linhas.

Certa pastelaria oferece a seus clientes estas duas ofertas:

- combo fome moderada: 1 pastel + 300 mL de caldo de cana por apenas R\$ 7,00;
- combo muita fome: 2 pastéis + 500 mL de caldo de cana por apenas R\$ 14,00.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25** Um cliente que compre dez pastéis nessa pastelaria pagará R\$ 70,00, qualquer que seja a combinação de combos por ele escolhida.
- 26** Para um cliente que deseje consumir a maior quantidade possível dos dois produtos (pastéis e caldo de cana), gastando no máximo R\$ 14,00, será mais vantajoso adquirir o combo muita fome.

Dada uma equipe de dez servidores, entre eles Alberto e Bruna, W é o conjunto de todas as listas que podem ser formadas com exatamente três servidores.

A partir das informações anteriores, e sabendo que, nessa hipótese, A é o conjunto de todas as listas em que consta o nome de Alberto e B, o conjunto daquelas em que consta o nome de Bruna, julgue os itens que se seguem.

- 27** Selecionando-se ao acaso uma lista em W, a probabilidade de essa lista conter o nome de Bruna, mas não o de Alberto, é inferior a 10%.
- 28** W contém mais de cem elementos.
- 29** O conjunto de listas que não apresentam os nomes de Alberto nem de Bruna pode ser corretamente representado por $W - A \cap B$.
- 30** O conjunto de listas que apresentam apenas um dos nomes Alberto ou Bruna pode ser corretamente representado por $(A - B) \cup (B - A)$.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina (Lei Estadual n.º 6.745/1985), julgue os itens que se seguem.

- 31** No âmbito do serviço público, é permitida a prestação de serviço extraordinário, o qual não está sujeito à limitação de carga horária semanal, mas não pode ultrapassar cento e vinte horas semestrais.
- 32** A posse do servidor deve ocorrer no prazo improrrogável de trinta dias a contar da data de publicação do ato de nomeação.

Conforme a Lei Complementar Estadual n.º 297/2005, que dispõe sobre o quadro de pessoal, os cargos, as funções e os vencimentos dos servidores da Procuradoria-Geral junto ao TCE/SC, julgue os itens a seguir.

- 33** O tempo da licença para tratamento de interesses particulares é considerado como de efetivo exercício no cargo para efeito de progressão por antiguidade.
- 34** O adicional de conclusão de graduação, de 35%, é concedido ao servidor ocupante de cargo de nível médio que comprove a conclusão de curso de graduação nas áreas de conhecimento diretamente relacionadas com as atividades administrativas e técnicas da Procuradoria-Geral junto ao TCE/SC.

Julgue os itens subsequentes à luz da Lei Orgânica do TCE/SC (Lei Complementar Estadual n.º 202/2000).

- 35** Nos processos de prestação ou tomada de contas que tramitam no TCE/SC, podem ser proferidas decisões definitivas, preliminares ou terminativas, sendo essas últimas as que julgarem as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares.
- 36** Em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, compete ao TCE/SC aplicar aos responsáveis as sanções previstas em lei.

De acordo com o Regimento Interno do MPC/SC (Portaria n.º 48/2018), julgue os itens seguintes.

- 37** O controle interno tem por objetivo contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, presteza e segurança das atividades do MPC/SC.
- 38** O Colégio de Procuradores é, entre outros, órgão da administração superior do MPC/SC.
- 39** Compete ao chefe de gabinete do procurador-geral, entre outras funções, assistir e assessorar o procurador-geral nos assuntos jurídicos, sendo competência do assessor especial do procurador-geral tratar dos assuntos administrativos e sociais inerentes ao exercício de suas funções legais e regimentais.
- 40** O gabinete dos procuradores é composto por dois assessores técnicos e dois assistentes de procurador.

Considerando as disposições da Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013), julgue os itens a seguir.

- 41** A manipulação da tabela de preços dos itens para influenciar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos constitui ato lesivo à administração pública.
- 42** A necessidade de verificação da culpa da pessoa jurídica é condição para o reconhecimento do ato como sendo lesivo ao patrimônio público.
- 43** A viabilidade da subdelegação de competência para a instauração do processo administrativo de apuração de responsabilidade é expressamente prevista na lei.
- 44** A pessoa jurídica controlada, mesmo que indiretamente, pelo poder público de outro país é inserida no conceito de administração pública estrangeira para os fins de incidência da Lei Anticorrupção.

Julgue os itens a seguir à luz das disposições da Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/1992), com as modificações empreendidas pela Lei n.º 14.230/2021.

- 45 A Lei de Improbidade Administrativa aplica-se aos atos praticados contra o patrimônio de entidade privada cujo funcionamento seja custeado pelo poder público.
- 46 As pessoas física e jurídica podem ser sancionadas pela prática de ato de improbidade administrativa.
- 47 O ato lesivo à administração pública que também seja caracterizado como ato de improbidade administrativa possibilita a aplicação simultânea das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013).
- 48 A Lei n.º 14.230/2021 revogou a seção que tratava dos atos de improbidade administrativa decorrentes da concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.
- 49 Constitui ato de improbidade administrativa nomear parente em linha reta, até o quarto grau, para o exercício de função gratificada na administração pública direta.
- 50 A Lei n.º 14.230/2021 passou a exigir a efetiva ocorrência de dano patrimonial ao erário para a configuração da improbidade decorrente de ato que atente contra os princípios da administração pública.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

A respeito das inspeções e auditorias previstas no Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Resolução n.º TC-06/2001), julgue os itens a seguir.

- 51** Não é objetivo da auditoria interna a análise de dados relativos à admissão de pessoal e concessão de aposentadoria.
- 52** A auditoria de natureza contábil tem a finalidade de subsidiar a instrução de processos de prestação de contas dos responsáveis pela aplicação de recursos públicos estaduais e municipais, não sendo levada em consideração no julgamento da prestação de contas.
- 53** É prerrogativa do servidor que exerce função específica de controle externo o acesso irrestrito a todos os documentos e informações necessários à realização de seu trabalho, inclusive aos sistemas eletrônicos de processamento de dados.

Julgue os itens subsecutivos, que versam sobre as atividades financeiras do Estado, receitas e despesas públicas.

- 54** Uma das atividades financeiras do Estado é a criação do crédito público, que ocorre por meio de incremento do endividamento.
- 55** O aumento de capital social de empresas que não possuem finalidade lucrativa é classificado como investimento e compõe a despesa de capital do ente público.
- 56** As receitas extraorçamentárias consistem em disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público, sendo o seu uso destinado ao custeio de despesas públicas previstas na peça orçamentária.
- 57** A receita de aluguel de imóveis é classificada como receita corrente patrimonial, mesmo após sua inscrição na dívida ativa.

Julgue os itens a seguir, referentes a orçamento público, programação e execução orçamentária e financeira.

- 58** A Lei de Diretrizes Orçamentárias e suas emendas devem ser compatíveis com o plano plurianual.
- 59** Todas as despesas correntes e de capital do ente federativo deverão constar no plano plurianual.
- 60** As despesas relativas a contratos de longa vigência, como os de cinco anos, por exemplo, serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte nele a ser executada.
- 61** O plano plurianual é elaborado pela União e seguido por todos os entes da Federação.

Com base no disposto na Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), julgue os itens subsequentes.

- 62** Ao constatar, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no anexo de metas fiscais, o ente público promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, inclusive das despesas que constituam obrigações constitucionais do ente.
- 63** Considere-se que ato administrativo de um prefeito resulte em aumento da despesa com pessoal do município com a previsão de parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do seu mandato. Nessa situação, o referido ato será nulo de pleno direito.
- 64** Um ente federativo poderá conceder garantia em operações de crédito externas acerca da classificação de capacidade de pagamento dos mutuários, estando tal garantia condicionada ao oferecimento de contragarantia por órgãos e entidades do próprio ente, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida.
- 65** Enquanto o ente federativo estiver descumprindo os limites legais da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas, ele estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, exceto nos casos de refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

Julgue os próximos itens, relativos ao Regimento Interno do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina (MPC/SC), conforme Portaria n.º 48/2018 e suas alterações.

- 66** Cabe ao MPC/SC encaminhar os títulos executivos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a fim de que os órgãos competentes adotem as providências necessárias para o adimplemento da obrigação pecuniária, exceto os casos de dívida ativa e cobrança judicial.
- 67** Cabe à Diretoria Geral de Contas Públicas promover o intercâmbio de informações com órgãos dos sistemas de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do MP estadual e do tribunal de contas, visando à integração de suas atividades com as exercidas pelo Ministério Público de Contas.
- 68** São competências restritas dos contadores a organização e a execução dos serviços de contabilidade exigidos do MPC/SC, a elaboração de balanços e balancetes, bem como a emissão de laudos, pareceres e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários.

À luz do que determina a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar Estadual n.º 202/2000) e suas alterações, julgue os itens a seguir.

- 69** O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira no exercício e englobará o exame de responsabilidade dos administradores e demais responsáveis de unidades gestoras, por dinheiros, bens e valores, cujas contas são objeto de julgamento do referido tribunal.
- 70** A pessoa física que, em nome de algum município do estado de Santa Catarina, assumir obrigações de natureza pecuniária, estará sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Em relação ao conceito, aos tipos e às formas de controle, julgue os itens a seguir.

- 71** Direito de petição, reclamação e recursos administrativos são exemplos de instrumentos de controle externo utilizados mediante provocação.
- 72** Os meios de controle administrativo são divididos em fiscalização hierárquica e recursos administrativos.
- 73** A ação popular pode ser utilizada de forma preventiva ou repressiva como intenção de proteger direito próprio do autor.

Julgue os itens que se seguem, no que se refere ao controle externo.

- 74** Uma das finalidades dos órgãos que compõem os sistemas de controle interno de cada poder é apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- 75** O controle externo é exercido no âmbito do próprio órgão ou poder responsável pela atividade controlada.
- 76** O exercício do controle externo é da competência do Poder Legislativo, sendo feito com auxílio dos tribunais de contas.
- 77** Cabe ao controle externo verificar se a administração respeitou disposições imperativas no exercício de suas atribuições.

Em relação à fiscalização contábil, financeira, orçamentária e operacional, julgue os itens seguintes.

- 78** A fiscalização financeira está relacionada à aplicação dos recursos públicos de acordo com as leis orçamentárias.
- 79** Compete ao Tribunal de Contas da União acompanhar por meio de auditorias, inspeções e análises a arrecadação da receita a cargo das entidades da administração indireta.
- 80** O controle da economicidade implica o controle da eficiência na gestão financeira e a execução orçamentária.

No que diz respeito ao auxílio dos tribunais de contas no controle externo, julgue os itens subsequentes.

- 81** As auditorias realizadas pelo tribunal de contas para avaliar desempenho e resultados resultam necessariamente em recomendações, determinações e aplicação de sanções aos administradores públicos.
- 82** Em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, cabe ao Tribunal de Contas da União a aplicação de penalidades aos responsáveis.
- 83** Cabe ao Tribunal de Contas da União, anualmente, a emissão de parecer prévio e conclusivo sobre as contas prestadas pelo presidente da República.

Julgue os itens seguintes, no que tange à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).

- 84** No cumprimento das normas relativas à gestão fiscal do estado e dos municípios catarinenses, cabe ao TCE/SC observar o cumprimento do limite constitucional de gastos totais dos legislativos municipais.
- 85** Cabe ao TCE/SC prestar, no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilidade, as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa sobre os resultados de auditorias e inspeções realizadas.
- 86** É vedado ao TCE/SC requisitar às unidades gestoras sujeitas à sua jurisdição balanços, balancetes e demonstrativos contábeis por meios informatizados.

A respeito da organização do Ministério Público de Contas do Estado de Santa Catarina (MPC/SC) e dos seus instrumentos de atuação, julgue os itens subsecutivos.

- 87** Os órgãos do MPC/SC dividem-se em órgãos da administração superior, órgãos de execução, órgãos de administração e órgãos auxiliares.
- 88** As comunicações e denúncias anônimas encaminhadas diretamente aos membros do MPC/SC são recebidas e registradas pelo próprio gabinete, sem a obrigatoriedade de atuação e tramitação.
- 89** O procedimento de investigação preliminar é condição fundamental de procedibilidade para a formulação de representações perante o Tribunal de Contas.
- 90** Para a coleta de subsídios necessários à atuação do MPC/SC, deve ser instaurado o procedimento de investigação preliminar, de natureza facultativa, administrativa e unilateral.

Maria, servidora pública de determinada autarquia estadual, aplicou advertência a Caio, seu subordinado, por este ter praticado ato que não era de sua atribuição legal. Inconformado com a punição, Caio impetrou mandado de segurança visando anular a pena administrativa aplicada.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 91** A citada autarquia estadual é entidade que integra a administração pública indireta, vinculada ao respectivo estado da Federação, que a criou mediante lei específica.
- 92** A aplicação da referida pena de advertência caracterizou o exercício do poder administrativo de polícia.
- 93** Caso a referida pena seja anulada em decisão proferida no aludido mandado de segurança, estará caracterizado o exercício do controle judicial.
- 94** Na relação funcional existente entre Maria e Caio, tem-se o exercício do poder administrativo hierárquico.
- 95** Considerando que Caio realmente tenha atuado fora dos limites de sua competência legal, é correto afirmar que o ato administrativo por ele praticado apresentou vício de competência.
- 96** Considerando que Caio realmente tenha atuado fora dos limites de sua competência legal, é correto afirmar que o ato por ele praticado configurou um abuso de poder.

A União celebrou convênio administrativo com um estado da Federação, visando ao repasse de recursos públicos federais para a execução de determinada política pública. Diante disso, o tribunal de contas daquele estado passou a controlar os gastos dos recursos repassados.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 97** A União é órgão público da administração pública direta.
- 98** O convênio administrativo em apreço é classificado como um ato administrativo individual.
- 99** O controle financeiro efetuado pelo tribunal de contas estadual na aplicação dos recursos mencionados configura exercício do controle administrativo interno.
- 100** Atuou acertadamente o tribunal de contas do referido estado, pois a ele compete fiscalizar a aplicação de recursos repassados ao estado de sua jurisdição.

Julgue os itens seguintes, acerca do processo licitatório, do controle da administração pública e da responsabilidade civil do Estado.

- 101** A responsabilidade civil do Estado apoia-se, via de regra, na teoria do risco integral.
- 102** A fiscalização financeira da administração pública exercida pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas configura exemplo de controle legislativo.
- 103** A responsabilidade civil do Estado é objetiva, o que significa dizer que a vítima deve comprovar a culpa do agente público causador do dano, para que este responda pelos seus atos juntamente com o ente público de forma solidária.
- 104** O edital, que é o instrumento convocatório, é a lei interna da licitação, que deve ser respeitada tanto pelo poder público quanto pelos licitantes.
- 105** Como regra, os contratos administrativos são celebrados diretamente com a parte contratada e, excepcionalmente, nos casos previstos em lei, são firmados mediante licitação prévia.

João, empregado celetista em uma sociedade de economia mista, foi dispensado por seu empregador com base em lei estadual que alterou a legislação trabalhista. Irresignado com a situação, João procurou a Defensoria Pública (DP), com o objetivo de promover a defesa, no âmbito judicial e administrativo, dos seus direitos individuais sem qualquer custo financeiro. Com a declaração de insuficiência de recursos de João, o defensor ajuizou ação judicial visando a desconstituição da dispensa trabalhista, alegando a inconstitucionalidade da lei estadual.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem, com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 106** A sociedade de economia mista em questão é ente que integra a administração pública e, portanto, deve obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- 107** O estado errou em alterar a legislação trabalhista, porquanto compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho.
- 108** O ajuizamento da ação judicial pela DP sob o argumento utilizado é característica do mecanismo de freios e contrapesos.
- 109** Foi equivocada a decisão de João de procurar a DP, uma vez que ela é instituição que faz a defesa judicial aos necessitados, mas não tem competência para fazer a defesa extrajudicial.
- 110** Foi correta a decisão de João de procurar a DP, uma vez que a instituição defende os direitos individuais dos cidadãos que declaram insuficiência de recursos.
- 111** Foi correta a decisão de João de procurar a DP, porquanto ela é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados.

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) resolveu suspender o pagamento da remuneração de determinado servidor público técnico-administrativo do Ministério Público (MP), por este acumular dois cargos públicos e a soma de suas remunerações ultrapassar o teto do funcionalismo. O servidor ajuizou ação, alegando que possuía independência funcional e que o limite do teto não se aplicaria ao MP, porquanto este é instituição essencial à justiça e não um poder do Estado.

A respeito dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 112** Compete ao CNMP o controle da atuação administrativa e financeira do MP e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros e servidores.
- 113** Foi correta a alegação do servidor, uma vez que sua independência funcional decorre de previsão expressa da CF.
- 114** Foi equivocada a alegação do servidor, visto que o MP é um poder do Estado, ao lado dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.
- 115** Equivocou-se o servidor em sua alegação, porquanto o limite do teto remuneratório dos servidores públicos se aplica ao MP.
- 116** Segundo a CF, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários e nas hipóteses taxativamente previstas na própria CF.

Julgue os itens que se seguem, acerca da organização político-administrativa do Estado brasileiro.

- 117** Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a DP.
- 118** A CF proíbe que os entes da Federação criem distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- 119** Compete à União organizar e manter o MP dos estados e do Distrito Federal.
- 120** Compete privativamente à União legislar sobre orçamento público.

Espaço livre